



Câmara Municipal de Vitória da Conquista

LIDO NO EXPEDIENTE DE 03/05/2007

Assinatura do Presidente

LIDO NO EXPEDIENTE DE 03/05/2007

Assinatura do Presidente

PROJETO DE LEI Nº 19/2007-L

Aprovado em 15/06/07 Discussão em 14/06/07

Assinatura do Presidente

Aprovado em 2º Discussão em 19/06/2007

Assinatura do Presidente

INSTITUI O DIA DO CONTROLE SOCIAL, A SER REALIZADO, ANUALMENTE, NO DIA 22 DE DEZEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Estado da Bahia, aprova a seguinte Lei:

Art.1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Vitória da Conquista, o Dia do Controle Social, a ser realizado, anualmente, no dia 22 de dezembro.

Parágrafo único - O dia ora instituído passará a constar do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município.

Art.2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 03 de maio de 2007.

Lygia Matos
Lygia Matos
Vereadora



JUSTIFICATIVA

Por controle social entende-se a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública na execução das políticas públicas, avaliando os objetivos, processos e resultados. Pesquisas e estudos realizados no Brasil vêm apontando para a crescente densidade organizacional da sociedade civil como resultado do descompasso entre Estado e sociedade, e da implementação de políticas públicas que têm como objetivo a descentralização de recursos para a prestação de serviços na área social, principalmente para os setores de educação e saúde.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, adotou-se no Brasil uma perspectiva de democracia representativa e participativa, incorporando a participação da comunidade na gestão das políticas públicas (art. 194, VII; art. 198, III; art. 204, II; art. 206, VI, art. 227, parágrafo 7). Diversos mecanismos de participação da comunidade na gestão das políticas públicas vêm sendo implementados no Brasil. Orçamento participativo, plebiscito e iniciativa popular legislativa são alguns dos mecanismos encontrados para efetiva prática desse espírito constitucional. No entanto, a participação da sociedade nas funções de planejamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação de resultados das políticas públicas requer a constituição de um órgão colegiado deliberativo, representativo da sociedade, de caráter permanente.